

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

ISOLADO:6 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IBIMIRIM

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	993.000,00	993.000,00	955.233,01	-37.766,99
RECEITA PATRIMONIAL	47.000,00	47.000,00	33.932,31	-13.067,69
Receitas de Valores Mobiliários	47.000,00	47.000,00	33.932,31	-13.067,69
TRANSFERENCIAS CORRENTES	934.000,00	934.000,00	853.345,62	-80.654,38
Transferências Intergovernamentais	864.000,00	864.000,00	765.614,83	-98.385,17
Transferências de Convênios	70.000,00	70.000,00	87.730,79	17.730,79
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.000,00	12.000,00	67.955,08	55.955,08
Indenizações e Restituições	12.000,00	12.000,00	67.955,08	55.955,08
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	993.000,00	993.000,00	955.233,01	-37.766,99
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	993.000,00	993.000,00	955.233,01	-37.766,99
DÉFICIT (IV)			1.163.656,05	
TOTAL (V) = (III+IV)	993.000,00	993.000,00	2.118.889,06	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Superávit Financeiro		0,00	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	



Documento Assinado em 2016/12/31 por José Adauto da Silva
 Acesse em: <https://portaltransparencia.ipece.org.br/portaltransparencia/portaltransparencia.do?semCódigoDoc:semCódigoDoc>
 eee20c19-53c3-489e-9137-f94b86b99584

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	3.209.000,00	3.356.500,00	2.100.523,36	2.009.670,89	1.921.826,87	1.255.977,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.638.000,00	1.667.360,00	1.127.710,85	1.074.366,42	993.522,40	539.944,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.571.000,00	1.689.140,00	972.812,51	935.304,47	928.304,47	716.222,49
DESPESAS DE CAPITAL	191.000,00	129.500,00	18.365,70	18.365,70	18.365,70	111.134,30
INVESTIMENTOS	191.000,00	129.500,00	18.365,70	18.365,70	18.365,70	111.134,30
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.400.000,00	3.486.000,00	2.118.889,06	2.028.036,59	1.940.192,57	1.367.110,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	3.400.000,00	3.486.000,00	2.118.889,06	2.028.036,59	1.940.192,57	1.367.110,94
SUPERÁVIT (IX)			0,00			
TOTAL (X)=(VIII + IX)	3.400.000,00	3.486.000,00	2.118.889,06	2.028.036,59	1.940.192,57	1.367.110,94

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)				
	DESPESAS CORRENTES	67.587,60				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.321,02	53.344,43	0,00	0,00	18.321,02	53.974,43
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.266,58	37.508,04	0,00	0,00	45.936,58	40.188,04
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	67.587,60	90.852,47	0,00	0,00	64.257,60	94.182,47

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)			
	DESPESAS CORRENTES	179.627,70			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	126.041,55	80.844,02	16.352,86	81.056,66	109.476,05
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	53.586,15	7.000,00	22.273,30	22.827,02	15.485,83
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	179.627,70	87.844,02	38.626,16	103.883,68	124.961,88

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade: Fundo Municipal de Assistência Social de Ibimirim (Pernambuco)
CNPJ: 13.900.848/0001-19.
Domicílio da entidade: Rua Santa Izabel, nº 416 – Bairro: Centro – Cidade: Ibimirim – Pernambuco – CEP: 56.580.000.
Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Prefeitura Municipal de Ibimirim concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. A população estimada pelo IBGE é de 28.604 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1.4. Durante o exercício de 2016 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 745 de 11 de novembro de 2015 (LOA 2016). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).
Dados do Gestor: Nome: Gracineide dos Santos Vasconcelos: Secretária de Assistência Social. Período de gestão: 01/01/2016 a 31/12/2016.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Thiago Rodrigo de Sá. CRC-PE nº 027379/O-6. E-mail: thiagorodrigo.sa@cespam.com.br.

a) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 01 de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN nº 700 de 10 de dezembro de 2014 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidência obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo IFAC através das IPSAS.
b.2. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
b.3. Bases de mensuração utilizadas: Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas.
b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Orçamentário.
b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SÁ, JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: <https://tce.tcepe.gov.br/epi/validarDoc.aspx?Codigo=documento-pee20c19-53c3-489e-9137-f94b86b99584>



Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.

b) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

<p>c.1. Resultados da Receita Orçamentária: A previsão de arrecadação de receitas da entidade para o exercício de 2016 foi de R\$ 993.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 955.233,01, o que representa um déficit de arrecadação de R\$ 1.163.656,05. Desta forma, o coeficiente de arrecadação foi de 96,17%.</p>
<p>c.2. Resultados da Despesa Orçamentária: A despesa autorizada somando-se os créditos adicionais totalizam R\$ 3.486.000,00. O valor empenhado foi de R\$ 2.118.889,06, o liquidado R\$ 2.028.036,59, e o pago R\$ 1.940.192,57. A economia orçamentária foi de R\$ 1.367.110,94. O coeficiente de execução foi de 60,78%.</p>
<p>c.3. Resultados da Execução Orçamentária: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 955.233,01), menos as despesas empenhadas (R\$ 2.118.889,06) houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ -1.163.656,05. É necessário deixar evidente este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário. Sendo assim, ao inserirmos o valor de R\$ 242.968,65 decorrentes dos saldos bancários vindos de 2015, e que deu lastro financeiro para execução orçamentária do exercício de 2016 temos o valor de R\$ -920.687,4.</p>
<p>c.4. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados (Anexo 1): Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 67.587,60. Os restos a pagar inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior totalizou R\$ 90.852,47. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 0, e pagos R\$ 0. Foram cancelados o valor de R\$ 64.257,60, restando de saldo o valor de R\$ 94.182,47.</p>
<p>c.5. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados (Anexo 2): Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 179.627,70, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 87.844,02. Desde montante foram pagos R\$ 38.626,16 e cancelados R\$ 103.883,68, restando de saldo a pagar R\$ 124.961,88.</p>
<p>c.6. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados: Não existem para esta entidade restos a pagar não processados liquidados. Contudo, a política contábil adotada para esta situação é a transferência para os restos a pagar processados, não adotando controle individual.</p>
<p>c.7. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários: Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2015.</p>
<p>c.8 Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias: Foi arrecadado no exercício de 2016 o valor de R\$ 2.014.867,14, decorrentes de receitas intra-orçamentárias auferidas entre a Prefeitura e o Regime Próprio de Previdência Municipal.</p>
<p>c.9 Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias: No exercício de 2016 o empenhado de despesas intra-orçamentárias foi de R\$ 4.509,20, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.</p>
<p>c.10. Despesa Executada por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário): Das dotações orçamentárias iniciais foi empenhado o valor de R\$ 2.118.889,06. Dos créditos suplementares foi empenhado R\$ 427.960,00. Dos créditos especiais abertos foi empenhado o valor de R\$ 0,00. Dos créditos extraordinários abertos foi empenhado o valor de R\$ 0,00.</p>
<p>c.11. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA: Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.</p>
<p>c.12. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente: As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2015 foram de R\$ 242.968,65. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.</p>
<p>c.13. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário: As transferências financeiras concedidas somam R\$ 0. Enquanto as recebidas somam R\$ 1.199.763,93.</p>

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SA. JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: eee20c19-53c3-489e-9137-f91b86b99584



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SA, JOSE ADAUTTO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: eee20c19-53c3-489e-9137-f94b86b99584

c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não se aplica a este demonstrativo.
d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Nome do Gestor: Gracineide dos Santos Vasconcelos
Cargo: Secretária de Assistência Social

Nome: Thiago Rodrigo de Sá
Contador
CRC PE Nº 027379/O-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

ISOLADO:5 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIMIRIM

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	1.836.600,00	1.836.600,00	14.487.708,35	12.651.108,35
RECEITA PATRIMONIAL	118.000,00	118.000,00	63.684,63	-54.315,37
Receitas de Valores Mobiliários	118.000,00	118.000,00	63.684,63	-54.315,37
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.718.600,00	1.718.600,00	14.422.195,36	12.703.595,36
Transferências Intergovernamentais	1.468.600,00	1.468.600,00	14.324.475,12	12.855.875,12
Transferências de Convênios	250.000,00	250.000,00	97.720,24	-152.279,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	1.828,36	1.828,36
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	1.828,36	1.828,36
RECEITAS DE CAPITAL	2.152.000,00	2.152.000,00	0,00	-2.152.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.152.000,00	2.152.000,00	0,00	-2.152.000,00
Transferências de Convênios	2.152.000,00	2.152.000,00	0,00	-2.152.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	3.988.600,00	3.988.600,00	14.487.708,35	10.499.808,35
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	3.988.600,00	3.988.600,00	14.487.708,35	10.499.808,35
DÉFICIT (IV)			5.836.716,67	
TOTAL (V) = (III+IV)	3.988.600,00	3.988.600,00	20.324.425,02	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Superávit Financeiro		0,00	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	



Documento Assinado em 2016/12/31 por JOSÉ ADALTO DA SILVA
 Acesso em: https://www.ibimirim.ma.gov.br/portal/verdocumento.aspx?CodigoDocumento: eee20c19-53c3-489e-9137-f94b86b99584

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	20.424.600,00	22.118.600,00	19.496.997,96	16.926.009,79	16.161.654,00	2.621.600,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.338.000,00	16.649.500,00	15.451.564,30	13.057.479,98	12.697.137,29	1.197.033,70
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.086.600,00	5.469.100,00	4.045.433,66	3.868.529,81	3.464.516,71	1.423.666,34
DESPESAS DE CAPITAL	3.396.000,00	1.618.740,00	827.427,06	492.621,18	492.621,18	791.119,94
INVESTIMENTOS	3.396.000,00	1.618.740,00	827.427,06	492.621,18	492.621,18	791.119,94
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	23.820.600,00	23.737.340,00	20.324.425,02	17.418.630,97	16.654.275,18	3.412.114,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	23.820.600,00	23.737.340,00	20.324.425,02	17.418.630,97	16.654.275,18	3.412.114,98
SUPERÁVIT (IX)			0,00			
TOTAL (X)=(VIII + IX)	23.820.600,00	23.737.340,00	20.324.425,02	17.418.630,97	16.654.275,18	3.412.114,98

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)				
	DESPESAS CORRENTES	68.316,46				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.447,81	2.394.084,32	0,00	0,00	0,00	2.412.532,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.868,65	176.903,85	49.868,65	49.868,65	0,00	176.903,85
DESPESAS DE CAPITAL	19.634,74	334.805,88	0,00	0,00	0,00	354.440,62
INVESTIMENTOS	19.634,74	334.805,88	0,00	0,00	0,00	354.440,62
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	87.951,20	2.905.794,05	49.868,65	49.868,65	0,00	2.943.876,60

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)			
	DESPESAS CORRENTES	3.858.145,10			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.385.653,78	360.342,69	1.000.952,21	0,00	1.745.044,26
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.472.491,32	404.013,10	526.557,86	0,00	1.349.946,56
DESPESAS DE CAPITAL	6.825,06	0,00	1.413,50	0,00	5.411,56
INVESTIMENTOS	6.825,06	0,00	1.413,50	0,00	5.411,56
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.864.970,16	764.355,79	1.528.923,57	0,00	3.100.402,38

FUNDO DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIMIRIM



NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade: Fundo Municipal de Educação de Ibimirim (Pernambuco)
CNPJ: 11.156.248/0001-62.
Domicílio da entidade: Rua Cardeal Arcoverde, nº 219 – Bairro: Centro – Cidade: Ibimirim – Pernambuco – CEP: 56.580.000.
Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Prefeitura Municipal de Ibimirim concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. A população estimada pelo IBGE é de 28.604 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1.4. Durante o exercício de 2016 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 745 de 11 de novembro de 2015 (LOA 2016). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).
Dados do Gestor: Nome: Claudia Gomes dos Santos Domingos Silva: Secretária de Educação. Período de gestão: 01/01/2016 a 31/12/2016.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Thiago Rodrigo de Sá. CRC-PE nº 027379/O-6. E-mail: thiagorodrigo.sa@cespam.com.br.

a) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 01 de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN nº 700 de 10 de dezembro de 2014 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo IFAC através das IPSAS.
b.2. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
b.3. Bases de mensuração utilizadas: Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas.
b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Orçamentário.
b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SÁ. JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: <https://recepce.pe.gov.br/epi/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento=eee20c19-53c3-489e-9137-f94b86b99584>



b) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

<p>c.1. Resultados da Receita Orçamentária: A previsão de arrecadação de receitas da entidade para o exercício de 2016 foi de R\$ 3.988.600,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 14.487.708,35, o que representa um superávit de arrecadação de R\$ 10.499.108,35. Desta forma, o coeficiente de arrecadação foi de 363,23%.</p>
<p>c.2. Resultados da Despesa Orçamentária: A despesa autorizada somando-se os créditos adicionais totalizam R\$ 23.737.340,00. O valor empenhado foi de R\$ 20.324.425,02, o liquidado R\$ 17.418.630,97, e o pago R\$ 16.654.275,18. A economia orçamentária foi de R\$ 3.412.914,98. O coeficiente de execução foi de 85,62%.</p>
<p>c.3. Resultados da Execução Orçamentária: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 14.487.708,35), menos as despesas empenhadas (R\$ 20.324.425,02) houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ -5.836.716,67. É necessário deixar evidente este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário. Sendo assim, ao inserirmos o valor de R\$ 636.019,01, decorrentes dos saldos bancários vindos de 2015, e que deu lastro financeiro para execução orçamentária do exercício de 2016 temos o valor de R\$ -5.200.697,66.</p>
<p>c.4. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados (Anexo 1): Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 87.951,20. Os restos a pagar inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior totalizou R\$ 2.905.794,05. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 49.868,65 e pagos R\$ 49.868,65. Foram cancelados o valor de R\$ 0,00, restando de saldo o valor de R\$ 2.943.876,60.</p>
<p>c.5. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados (Anexo 2): Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 3.864.970,16, e inscritos em 31 de dezembro do exercício R\$ 764.355,79. Desde montante foram pagos R\$ 1.528.923,57 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 3.100.402,38.</p>
<p>c.6. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados: Não existem para esta entidade restos a pagar não processados liquidados. Contudo, a política contábil adotada para esta situação é a transferência para os restos a pagar processados, não adotando controle individual.</p>
<p>c.7. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários: Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2015.</p>
<p>c.8 Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias: Foi arrecadado no exercício de 2016 o valor de R\$ 2.014.867,14, decorrentes de receitas intra-orçamentárias auferidas entre a Prefeitura e o Regime Próprio de Previdência Municipal.</p>
<p>c.9 Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias: No exercício de 2016 o empenhado de despesas intra-orçamentárias foi de R\$ 2.076.206,61, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.</p>
<p>c.10. Despesa Executada por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário): Das dotações orçamentárias iniciais foi empenhado o valor de R\$ 20.324.425,02. Dos créditos suplementares foi empenhado R\$ 7.496.500,00. Dos créditos especiais abertos foi empenhado o valor de R\$ 0,00. Dos créditos extraordinários abertos foi empenhado o valor de R\$ 0,00.</p>
<p>c.11. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA: Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.</p>
<p>c.12. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente: As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2015 foram de R\$ 636.019,01. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.</p>
<p>c.13. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário: As transferências financeiras concedidas somam R\$ 0. Enquanto as recebidas somam R\$ 3.770.455,40.</p>

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE S.A. JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: eee20c19-53c3-489e-9137-f91b86b99584



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SÁ, JOSE ADAUTTO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: eee20c19-53c3-489e-9137-f94b86b99584

c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não se aplica a este demonstrativo.
d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Nome do Gestor: Claudia Gomes
dos Santos Domingos Silva
Cargo: Secretária de Educação

Nome: Thiago Rodrigo de Sá
Contador
CRC PE Nº 027379/O-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

ISOLADO:4 - FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIMIRIM

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	-7.842,86	-12.842,86
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	8.148,96	8.148,96
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	8.148,96	8.148,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	-15.991,82	-20.991,82
Indenizações e Restituições	5.000,00	5.000,00	-15.991,82	-20.991,82
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	5.000,00	5.000,00	-7.842,86	-12.842,86
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO (III) = (I+II)	5.000,00	5.000,00	-7.842,86	-12.842,86
DÉFICIT (IV)			207.036,40	207.036,40
TOTAL (V) = (III+IV)	5.000,00	5.000,00	199.193,54	199.193,54
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro		0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	0,00



Documento Assinado em 2016/12/31 por JOSÉ ADALTO DA SILVA
 Acesso em: https://www.ibimirim.ma.gov.br/portal/validarDoc.aspx?Codigo_documento: eee20c19-53c3-489e-9137-f9db86b99584

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	230.000,00	280.000,00	194.389,85	176.256,59	165.599,64	85.111,15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.000,00	257.000,00	194.389,85	176.256,59	165.599,64	62.111,15
DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00	80.000,00	4.803,69	4.803,69	4.803,69	75.196,31
INVESTIMENTOS	130.000,00	80.000,00	4.803,69	4.803,69	4.803,69	75.196,31
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	360.000,00	360.000,00	199.193,54	181.060,28	170.403,33	160.006,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	360.000,00	360.000,00	199.193,54	181.060,28	170.403,33	160.006,46
SUPERÁVIT (IX)			0,00			
TOTAL (X)=(VIII + IX)	360.000,00	360.000,00	199.193,54	181.060,28	170.403,33	160.006,46

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)				
	DESPESAS CORRENTES	0,00				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	18.133,26	0,00	0,00	0,00	18.133,26
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	18.133,26	0,00	0,00	0,00	18.133,26

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)			
	DESPESAS CORRENTES	4.000,00			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.000,00	10.656,95	4.000,00	0,00	10.656,95
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.000,00	10.656,95	4.000,00	0,00	10.656,95

FUNDO DE DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE



NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade: Fundo de Defesa da Criança e Adolescente de Ibimirim (Pernambuco)
CNPJ: 04.472.435/0001-90.
Domicílio da entidade: Rua Santa Izabel, nº 438 – Bairro: Centro – Cidade: Ibimirim – Pernambuco – CEP: 56.580.000.
Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Prefeitura Municipal de Ibimirim concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. A população estimada pelo IBGE é de 28.604 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1.4. Durante o exercício de 2016 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 745 de 11 de novembro de 2015 (LOA 2016). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).
Dados do Gestor: Nome: José Erivelton Gomes Oliveira da Silva: Presidente do Conselho. Período de gestão: 01/01/2016 a 31/12/2016.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Thiago Rodrigo de Sá. CRC-PE nº 027379/O-6. E-mail: thiagorodrigo.sa@cespam.com.br.

a) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 01 de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN nº 700 de 10 de dezembro de 2014 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo IFAC através das IPSAS.
b.2. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
b.3. Bases de mensuração utilizadas: Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas.
b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Orçamentário.
b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SÁ, JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: <https://recepce.pe.gov.br/epi/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento=pee20c19-53c3-489e-9137-f94b86b99584>

FUNDO DE DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE



Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.

b) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

c.1. Resultados da Receita Orçamentária: A previsão de arrecadação de receitas da entidade para o exercício de 2016 foi de R\$ 5.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ -7.842,86, o que representa um déficit de arrecadação de R\$ -12.842,86. Desta forma, o coeficiente de arrecadação foi de 0,00%.
c.2. Resultados da Despesa Orçamentária: A despesa autorizada somando-se os créditos adicionais totalizam R\$ 360.000,00. O valor empenhado foi de R\$ 199.193,54, o liquidado R\$ 181.060,28, e o pago R\$ 170.403,33. A economia orçamentária foi de R\$ 160.806,46. O coeficiente de execução foi de 55,33%.
c.3. Resultados da Execução Orçamentária: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ -7.842,86), menos as despesas empenhadas (R\$ 199.193,54) houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ -207.036,40. É necessário deixar evidente este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário. Sendo assim, ao inserirmos o valor de R\$ 113.000,12, decorrentes dos saldos bancários vindos de 2015, e que deu lastro financeiro para execução orçamentária do exercício de 2016 temos o valor de R\$ -94036,28.
c.4. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados (Anexo 1): Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 0,00. Os restos a pagar inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior totalizou R\$ 18.133,26. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 0,00 e pagos R\$ 0,00. Foram cancelados o valor de R\$ 0,00, restando de saldo o valor de R\$ 18.133,26.
c.5. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados (Anexo 2): Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 4.000,00, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 10.656,95. Desde montante foram pagos R\$ 4.000,00 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 10.656,95.
c.6. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados: Não existem para esta entidade restos a pagar não processados liquidados. Contudo, a política contábil adotada para esta situação é a transferência para os restos a pagar processados, não adotando controle individual.
c.7. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários: Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2015.
c.8 Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias: Foi arrecadado no exercício de 2016 o valor de R\$ 2.014.867,14, decorrentes de receitas intra-orçamentárias auferidas entre a Prefeitura e o Regime Próprio de Previdência Municipal.
c.9 Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias: No exercício de 2016 o empenhado de despesas intra-orçamentárias foi de R\$ 0,00, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.
c.10. Despesa Executada por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário): Das dotações orçamentárias iniciais foi empenhado o valor de R\$ 199.193,54. Dos créditos suplementares foi empenhado R\$ 50.000,00. Dos créditos especiais abertos foi empenhado o valor de R\$ 0,00. Dos créditos extraordinários abertos foi empenhado o valor de R\$ 0,00.
c.11. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA: Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.
c.12. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente: As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2015 foram de R\$ 113.000,12. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.
c.13. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário: As transferências financeiras concedidas somam R\$ 0. Enquanto as recebidas somam R\$ 135.156,71.

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE S.A. JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: eee20c19-53c3-489e-9137-f91b86b99584



c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não se aplica a este demonstrativo.
d.2. Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Nome do Gestor: José Erivelton
Gomes Oliveira da Silva
Cargo: Presidente do Conselho
da Criança e do Adolescente

Nome: Thiago Rodrigo de Sá
Contador
CRC PE Nº 027379/O-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIMIRIM

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	9.317.000,00	9.317.000,00	7.460.686,54	-1.856.313,46
RECEITA PATRIMONIAL	24.000,00	24.000,00	55.050,07	31.050,07
Receitas de Valores Mobiliários	24.000,00	24.000,00	55.050,07	31.050,07
TRANSFERENCIAS CORRENTES	9.293.000,00	9.293.000,00	7.405.631,18	-1.887.368,82
Transferências Intergovernamentais	9.033.000,00	9.033.000,00	7.077.431,42	-1.955.568,58
Transferências de Convênios	260.000,00	260.000,00	328.199,76	68.199,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	5,29	5,29
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	5,29	5,29
RECEITAS DE CAPITAL	700.000,00	700.000,00	1.053.394,00	353.394,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	700.000,00	700.000,00	1.053.394,00	353.394,00
Transferências de Convênios	700.000,00	700.000,00	1.053.394,00	353.394,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	10.017.000,00	10.017.000,00	8.514.080,54	-1.502.919,46
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	10.017.000,00	10.017.000,00	8.514.080,54	-1.502.919,46
DÉFICIT (IV)			4.082.960,86	
TOTAL (V) = (III+IV)	10.017.000,00	10.017.000,00	12.597.041,40	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Superávit Financeiro		0,00	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	



Documento Assinado em 2016/12/31 por JOSÉ ADALTO DA SILVA
 Acesse em: https://brasil.gov.br/portal/assinatura/verificacao.aspx?codigo=20019-5363-489e-9137-f94b86b99584

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	14.432.000,00	15.252.890,88	11.694.634,81	10.410.549,67	9.829.213,33	3.558.251,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.460.000,00	10.493.860,38	7.959.890,79	7.959.890,79	7.465.604,22	2.533.969,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.970.000,00	4.757.030,50	3.734.744,02	2.450.658,88	2.363.609,11	1.022.788,48
DESPESAS DE CAPITAL	2.853.000,00	2.012.709,12	902.406,59	820.699,12	800.026,20	1.110.002,53
INVESTIMENTOS	2.851.000,00	2.010.709,12	902.406,59	820.699,12	800.026,20	1.108.000,53
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	17.285.000,00	17.265.600,00	12.597.041,40	11.231.248,79	10.629.239,53	4.668.558,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	17.285.000,00	17.265.600,00	12.597.041,40	11.231.248,79	10.629.239,53	4.668.558,60
SUPERÁVIT (IX)			0,00			
TOTAL (X)=(VIII + IX)	17.285.000,00	17.265.600,00	12.597.041,40	11.231.248,79	10.629.239,53	4.668.558,60

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)				
	DESPESAS CORRENTES	1.173.045,15				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.204,15	0,00	0,00	0,00	1.204,15	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.171.841,00	1.284.085,14	784.046,13	763.046,13	173.895,00	1.518.985,01
DESPESAS DE CAPITAL	727.378,27	81.707,47	202.081,94	202.081,94	0,00	607.993,80
INVESTIMENTOS	727.378,27	81.707,47	202.081,94	202.081,94	0,00	607.993,80
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.900.423,42	1.365.792,61	986.128,07	965.128,07	175.099,15	2.125.988,81

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)			
	DESPESAS CORRENTES	1.503.231,50			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	432.839,12	494.286,57	230.328,60	0,00	696.797,09
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.070.392,38	87.049,77	634.172,88	7.850,09	515.419,18
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	20.672,92	0,00	0,00	20.672,92
INVESTIMENTOS	0,00	20.672,92	0,00	0,00	20.672,92
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.503.231,50	602.009,26	864.501,48	7.850,09	1.232.889,19

FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIMIRIM



NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade: Fundo Municipal de Saúde de Ibimirim (Pernambuco)
CNPJ: 10.427.619/0001-30.
Domicílio da entidade: Rua Manoel Vicente, nº 360 – Bairro: Centro – Cidade: Ibimirim – Pernambuco – CEP: 56.580.000.
Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Prefeitura Municipal de Ibimirim concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. A população estimada pelo IBGE é de 28.604 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1.4. Durante o exercício de 2016 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 745 de 11 de novembro de 2015 (LOA 2016). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).
Dados do Gestor: Nome: Thayse Cavalcante Barros: Secretária de Saúde. Período de gestão: 01/01/2016 a 31/12/2016.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Thiago Rodrigo de Sá. CRC-PE nº 027379/O-6. E-mail: thiagorodrigo.sa@cespam.com.br.

a) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 01 de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN nº 700 de 10 de dezembro de 2014 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo IFAC através das IPSAS.
b.2. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
b.3. Bases de mensuração utilizadas: Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas.
b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Orçamentário.
b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SÁ. JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: <https://recepca.pe.gov.br/epi/validarDoc.aspx?CodigoDocumento=2016-5363-489e-9137-f94b86b99584>



b) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

<p>c.1. Resultados da Receita Orçamentária: A previsão de arrecadação de receitas da entidade para o exercício de 2016 foi de R\$ 10.017.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 8.514.080,54, o que representa um déficit de arrecadação de R\$ -1.502.919,46. Desta forma, o coeficiente de arrecadação foi de 84,99%.</p>
<p>c.2. Resultados da Despesa Orçamentária: A despesa autorizada somando-se os créditos adicionais totalizam R\$ 17.265.600,00. O valor empenhado foi de R\$ 12.597.041,40, o liquidado R\$ 11.231.248,79, e o pago R\$ 10.629.239,53. A economia orçamentária foi de R\$ 4.668.558,60. O coeficiente de execução foi de 72,96%.</p>
<p>c.3. Resultados da Execução Orçamentária: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 8.514.080,54), menos as despesas empenhadas (R\$ 12.597.041,40) houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ -4.082.960,86. É necessário deixar evidente este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário. Sendo assim, ao inserirmos o valor de R\$ 344.493,68, decorrentes dos saldos bancários vindos de 2015, e que deu lastro financeiro para execução orçamentária do exercício de 2016 temos o valor de R\$ -3.738.467,18.</p>
<p>c.4. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados (Anexo 1): Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 1.900.423,42. Os restos a pagar inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior totalizou R\$ 1.365.792,61. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 986.128,07 e pagos R\$ 965.128,07. Foram cancelados o valor de R\$ 175.099,15, restando de saldo o valor de R\$ 2.125.988,81.</p>
<p>c.5. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados (Anexo 2): Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 1.503.231,50, e inscritos em 31 de dezembro do exercício R\$ 602.009,26. Desde montante foram pagos R\$ 864.501,48 e cancelados R\$ 7.850,09, restando de saldo a pagar R\$ 1.232.889,19.</p>
<p>c.6. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados: Não existem para esta entidade restos a pagar não processados liquidados. Contudo, a política contábil adotada para esta situação é a transferência para os restos a pagar processados, não adotando controle individual.</p>
<p>c.7. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários: Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2015.</p>
<p>c.8 Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias: Foi arrecadado no exercício de 2016 o valor de R\$ 2.014.867,14, decorrentes de receitas intra-orçamentárias auferidas entre a Prefeitura e o Regime Próprio de Previdência Municipal.</p>
<p>c.9 Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias: No exercício de 2016 o empenhado de despesas intra-orçamentárias foi de R\$ 1.007.264,88, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.</p>
<p>c.10. Despesa Executada por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário): Das dotações orçamentárias iniciais foi empenhado o valor de R\$ 12.597.041,40. Dos créditos suplementares foi empenhado R\$ 7.496.500,00. Dos créditos especiais abertos foi empenhado o valor de R\$ 0,00. Dos créditos extraordinários abertos foi empenhado o valor de R\$ 0,00.</p>
<p>c.11. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA: Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.</p>
<p>c.12. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente: As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2015 foram de R\$ 344.493,68. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.</p>
<p>c.13. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário: As transferências financeiras concedidas somam R\$ 0. Enquanto as recebidas somam R\$ 4.716.293,01.</p>

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SA. JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: <https://stc.eec.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: eee20c19-53c3-489e-9137-f91b86b99584



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SA, JOSE ADAUTTO DA SILVA
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: eee20c19-53c3-489e-9137-f94b86b99584

c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não se aplica a este demonstrativo.
d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Nome do Gestor: Thayse
Cavalcante Barros
Cargo: Secretária de Saúde

Nome: Thiago Rodrigo de Sá
Contador
CRC PE Nº 027379/O-6